

A tragédia social do jovem

Luiz Fernando Emediato*

Se você visita uma prisão, quase não vê, entre os prisioneiros, pessoas de cabelos brancos: a maioria é extremamente jovem, consumiu seus primeiros anos no crime e nas penitenciárias que não recuperam ninguém e passa seus dias no ócio e na desesperança.

Se você visita as enormes favelas e os bairros pobres na periferia dos grandes centros urbanos, pode ver milhares de jovens adolescentes que interromperam os estudos porque precisavam trabalhar, não encontraram emprego e, agora, perambulam pelas ruas à toa, enquanto não entram para o tráfico, como os dramáticos personagens do filme *Cidade de Deus*.

Se você visita as intermináveis filas dos postos do Sistema Nacional de Emprego (Sine), verá nelas uma multidão de jovens de ambos os sexos, com seus rostos tristes, porque sabem que no fim da fila não haverá a vaga e se houver, ele será incapaz de preenchê-la, pois deveria atender às exigências de boa qualificação, que ele não tem, enfrentar um difícil processo seletivo, por causa do alto número de candidatos, para concorrer a um baixo salário.

Se você visita as universidades públicas, nas quais estudam os mais ricos ou menos pobres, e as privadas, nas quais estudam os mais pobres, você verá jovens tensos, preocupados com o futuro: haverá emprego para eles, depois de no mínimo 15 anos nos bancos escolares? Terão eles aprendido realmente a sua profissão? Se conseguirem emprego, o salário será compatível com todo o investimento feito na formação profissional?

Não precisamos enumerar aqui os dados históricos do nosso baixo crescimento econômico, os índices de desemprego na cidade e no campo, os muitos estudos sobre a baixa escolaridade de nossa população, os crescentes índices de criminalidade e o decrescente envolvimento de nossos jovens nas lutas comunitárias pelos direitos da cidadania ou nas campanhas de solidariedade. A luta individual pela sobrevivência torna esses jovens cada vez mais duros, competitivos e egoístas.

O que o Estado e a Sociedade podem fazer, no contexto das atuais dificuldades no Brasil e no mundo, para empregar esses jovens? Partindo-se do princípio de que eles só conseguirão emprego quando e se o país retomar o crescimento econômico, com geração de novas vagas e um programa educacional capaz de treiná-los, o que se pode fazer agora é apenas criar programas emergenciais para minorar os efeitos do que, sem exagero, já podemos denominar verdadeira tragédia social.

Programa Meu Primeiro Emprego – Previsto no programa de governo divulgado durante a campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, esta ação — se for realmente efetivada — poderá ser uma das primeiras medidas a serem imediatamente implementadas, devido ao seu alcance. A ideia original era destinar R\$ 200 para cada empresa que contratasse um jovem sem experiência, cabendo ao empregador complementar a

* Escritor, jornalista, editor e membro representante da Força Sindical no Codefat, CNPS e CNDES (suplente).

remuneração. É preciso identificar de onde sairá este dinheiro, tendo em vista a instabilidade da situação econômica e financeira do país, o contingenciamento do orçamento da União e a necessidade de gerar superávits primários para o pagamento dos juros da dívida. Uma alternativa interessante seria utilizar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o maior fundo social líquido do país, com patrimônio de quase R\$ 80 bilhões, dos quais pelo menos R\$ 10 bilhões estão aplicados em fundos extramercado no Banco do Brasil. O presidente da República — de preferência sem ouvir a equipe econômica... — poderia, numa ação política corajosa, decidir pela excepcionalidade do FAT, tirando-o do contingenciamento, o que é legalmente possível. No orçamento do FAT para 2003 já existem R\$ 4,3 bilhões “congelados” numa reserva de contingência, a ser usada teoricamente em caso de calamidade pública. Este programa poderia ser desenvolvido também em parceria com os governos estaduais. O de Pernambuco, por exemplo, já criou o seu, em abril do ano passado, e destina até R\$ 300 mensais, durante seis meses, para complementar os salários pagos pelas empresas que contratam jovens sem experiência, com idade entre 16 e 24 anos. A Prefeitura de São Paulo também criou o dela, embora com recursos modestos.

Pacto pela paz – A usina de idéias do governo Lula divulgou há dias mais uma muito boa, por intermédio da qual o Estado destinaria uma bolsa mensal de R\$ 50, treinamento profissional e atividades de lazer para moradores jovens de favelas, com o objetivo de retirar tais jovens das mãos do tráfico de drogas. A bolsa seria destinada a jovens que queiram deixar a criminalidade. Aqui, dois problemas: um deles refere-se, como sempre, ao *funding* do programa: com orçamento em crise, de onde viria o dinheiro? O outro problema é: como o tráfico de drogas paga bem (em média R\$ 600 mensais por atividades triviais, embora arriscadas), como convencer esses jovens a viver com R\$ 50 e ainda estudar? Mais do que um programa de apoio financeiro, esse deverá incluir um trabalho fortemente educativo na questão dos valores morais e do próprio sentido da vida, como, aliás, já afirmou o

secretário Nacional de Segurança Pública Luiz Eduardo Soares.

Bolsa para egressos do sistema penal – Este programa — que ainda não existe — complementaria o anterior. Por seu intermédio, os postos do Sine, por exemplo, dariam atendimento especializado e individualizado aos jovens egressos do sistema penal, em convênio com as Secretarias Estaduais de Administração Penitenciária e com as federações patronais, que se encarregariam de motivar as empresas a aceitarem esses jovens, o que hoje é difícil, tendo em vista o preconceito contra o ex-detento.

Qualificação profissional do trabalhador jovem – O Programa Nacional de Qualificação Profissional do Trabalhador (Planfor) foi um dos que obtiveram maior alcance no governo de Fernando Henrique Cardoso. Estima-se que foram treinados, em oito anos, mais de 10 milhões de trabalhadores pobres, a maioria jovens, com recursos do Programa do Seguro-Desemprego, oriundos do FAT, mas denúncias de desvios de recursos localizados no Mato Grosso do Sul, no Espírito Santo e principalmente no Distrito Federal (denúncias contra centrais sindicais, durante a última campanha eleitoral, não foram comprovadas) mancharam de forma dramática a imagem do Planfor, que está sendo reestudado pelo novo governo. Independentemente da forma como ele deverá ser reformado, uma questão importante que se coloca é que os recursos desse programa foram minguando, sistematicamente, nos últimos quatro anos, tendo sido reduzidos de R\$ 500 milhões/ano para menos de R\$ 200 milhões no orçamento de 2003.

Curso pré-vestibular e estágio para jovens – A oferta de cursos pré-vestibulares, gratuitos, para jovens carentes, teria o objetivo de ajudá-los a competir pelas vagas nas universidades públicas em condições menos desvantajosas, invertendo-se a situação, clássica, na qual os pobres acabam pagando caro por uma educação inferior, nas escolas privadas, enquanto os mais ricos estudam de graça nas universidades públicas de ponta, porque puderam ter uma educação fundamental de qualidade — na escola privada! A Prefeitura de São Paulo, embora em pe-

quena escala, já está oferecendo esses cursos, seguidos de estágios profissionais nas empresas para quem já esteja estudando. O investimento da prefeitura em 2003 será de apenas R\$ 6,5 milhões, para 6 mil vagas de cursinho, 10 mil vagas de estágio e encaminhamento previsto para 6 mil empregos. A dotação não pode ser aumentada tendo em vista a crítica situação orçamentária e o endividamento da Prefeitura de São Paulo, em cuja região metropolitana já existem mais de 1,7 milhão de desempregados, a maioria jovens.

Crédito educativo – A melhoria na qualificação dos jovens pobres, sempre em situação empregatícia inferior à dos ricos, poderia ser obtida com o crédito educativo, em bases mais amplas que as oferecidas hoje pelo sistema existente, com os recursos do FIES. O ex-deputado Walfrido Mares Guia, hoje ministro do Turismo, empenhou-se pessoalmente na criação de um novo sistema, que recorreria também a recursos do FGTS e do FAT. Esse sistema contou com a simpatia do então ministro da Educação Paulo Renato Souza, que não teve tempo para levá-lo adiante. O novo ministro Cristovam Buarque, caracterizado por ser extremamente ágil e criativo, poderia recuperar a memória desse projeto e levá-lo adiante.

Apoio educativo e técnico ao jovem do campo – Milhares de jovens analfabetos ou de baixa qualificação, pelo interior do Brasil, vivem à margem de qualquer oportunidade para se educarem e entrarem no mercado de trabalho. Tanto o novo Programa Nacional de Alfabetização quanto o de Qualificação Profissional, a serem empreendidos pelo governo, deveriam dar atenção especial a esses jovens, que poderiam ser envolvidos em atividades adequadas para seu estágio cultural e nível educacional. No Nordeste, um programa que ensinasse os jovens que criam cabras e cabritos a não enterrarem o couro dos animais, depois de abatidos, para uso apenas da carne, agregaria valor à atividade, pois o couro da cabra — e a população não sabe disso — quando processado por técnicas corretas pode valer tanto quanto o de antílope. No Estado de São Paulo, uma central sindical treinou cente-

nas de pessoas no campo, a maioria jovens, com recursos do FAT, para criarem abelhas melíferas, e elas começaram a desenvolver com sucesso sua atividade, fabricando e vendendo mel. Recentemente, o mel da China — maior exportador mundial do produto — foi rejeitado nos Estados Unidos e na Europa, por conter antibiótico, mas o Brasil não pôde ocupar esse mercado porque seus apicultores não estão organizados e nem imaginam como poderiam exportar seu produto! E mesmo que pudessem ainda não produzem mel suficiente para atender à grande demanda mundial.

Como se vê, há muito que fazer para qualificar o jovem, facilitar seu ingresso no mercado ou no sistema de trabalho autônomo e em cooperativas e associações. O problema é que todas essas atividades só podem crescer e dar resultados se forem integradas no âmbito de vários ministérios, envolver parcerias com os estados e municípios e com instituições privadas, além das internacionais. O ensino convencional e a qualificação profissional especializada, nos vários níveis educacionais e práticos, têm que estar integrados com a intermediação de mão-de-obra. E como tudo isso tem custo, de nada adianta criar belos programas se eles não contarem com suporte orçamentário.

Daí que, além de pensar, o governo e seus parceiros precisam agir. Os vários agentes sociais podem e devem juntar seus recursos humanos e financeiros para tornar essas idéias factíveis, mas o ente principal nesse quadro de muitos atores é, como não poderia deixar de ser, o governo, e a principal medida a ser tomada é excepcionalizar o FAT, hoje a maior e mais adequada fonte de recursos para o custeio de programas sociais. Se o presidente da República não tomar esta decisão política, poderemos continuar discutindo anos e anos a fio, e não chegaremos a lugar nenhum, pelo fato dramático e irrefutável de que as boas idéias e os bons programas, se não os elegemos como prioritários e não tivermos orçamento para levá-los adiante, poderão até ser impressos em belos livros e relatórios, mas não sairão do papel.

